

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

Maria Francenilda Gualberto de Oliveira

CRAS – SMAS Oriximiná-PA

francenildagualberto@gmail.com

Antônia Elisandra Soares

CRAS – SMAS Oriximiná-PA

elisandraboares@gmail.com

Josué Lopes Viana

Cadastro Único – Oriximiná-PA

josueviana89@gmail.com

Beatriz Hipólito de Souza

CRAS – SMAS Oriximiná-PA

beatrizhipolito08@gmail.com

Renata Abreu do Nascimento Fonseca

Secretaria Municipal de

Assistência Social de Oriximiná

renata.anfonseca@gmail.com

PRÁTICAS INTERDISCIPLINAR DO PROJETO CRAS E CADASTRO ÚNICO ATÉ VOCÊ NO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ – PA.

Interdisciplinary practices of the cras project and single registration to you in the municipality of Oriximiná – PA.

Resumo: O artigo apresenta o relato de experiência acerca da Prática interdisciplinar do Projeto: CRAS e Cadastro Único até VOCÊ, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Oriximiná-PA. A discussão partiu do seguinte questionamento: quais os impactos das ações do projeto junto as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e Benefício da Prestação Continuada - BPC. Os objetivos versaram em avaliar os impactos das ações do Projeto junto as famílias beneficiárias do PBF e BPC, bem como identificar as principais contribuições e desafios enfrentados durante a execução do projeto e analisar a efetividade das práticas interdisciplinares adotadas, propondo aperfeiçoar as ações futuras e promover a integralidade do atendimento às famílias. Para tanto, a metodologia se pautou na pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, com avaliação das ações realizadas no período de 2023 à 2024. O relato revela a importância do trabalho interdisciplinar e intersetorial envolvendo profissionais das secretarias parceiras: assistência social, saúde e educação. O projeto impactou diretamente as famílias, pois tiveram seus dados atualizados junto ao Cadastro Único, evitando assim cancelamento e bloqueio, portanto promovendo a inclusão social na garantia de direitos. Além disso, o município passou de 74% para 94% de taxa de atualização do Sistema do Cadastro Único no governo federal.

Palavras-chave: Proteção Social, Interdisciplinariedade, Direitos socioassistenciais.

Abstract. This article presents an experience report on the interdisciplinary practice of the project: CRAS and Single Registry until YOU, linked to the Municipal Department of Social Assistance in the city of Oriximiná-PA. The discussion started from the following question: what are the impacts of the project's actions on families benefiting from the Bolsa Família Program - PBF and the Continuous Benefit - BPC? The objectives were to evaluate the impacts of the project's actions on families benefiting from the PBF and BPC, as well as to identify the main contributions and challenges faced during the execution of the project and to analyze the effectiveness of the interdisciplinary practices adopted, proposing to improve future actions and promote comprehensive care for families. To this end, the methodology was based on documentary and bibliographic research and participant observation, with an evaluation of the actions carried out in the period from 2023 to 2024. The report reveals the importance of interdisciplinary and intersectoral work involving professionals from the partner departments: social assistance, health and education. The project had a direct impact on families, as their data was updated with the Single Registry, thus avoiding cancellation and blocking, thus promoting social inclusion in the guarantee of rights. In addition, the municipality increased its update rate of the Single Registry System in the federal government from 74% to 94%

Keywords: Social Protection, Interdisciplinarity, Social Assistance Rights.

1. Introdução

O presente artigo trata do relato de experiência sobre a Prática interdisciplinar do Projeto: CRAS e Cadastro Único até VOCÊ, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Oriximiná-PA. A proposta do artigo partiu do seguinte questionamento: quais os impactos das ações do projeto junto as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF. O relato de experiência revela a importância do trabalho interdisciplinar envolvendo profissionais das secretarias parceiras: assistência social, saúde e educação, o que possibilitou atender as condicionalidades do PBF, garantindo o acesso aos benefícios de transferência de renda (PBF e BPC), bem como a oferta de outros serviços ofertados pelas secretarias, bem como de outras políticas públicas.

O projeto “CRAS e Cadastro Único até VOCÊ” teve início em 2023, com a articulação entre o Departamento do Cadastro Único e os três CRAS do município: CRAS Cidade Nova, CRAS São Pedro e CRAS Ribeirinho e articulação das Secretarias de Saúde e Educação. O projeto foi desenvolvido a partir da dimensão interdisciplinar, com a propositura de fortalecer a política de Assistência Social e demais políticas intersetoriais. O projeto visou promover a inclusão social e o acesso a direitos por meio da ampliação da cobertura cadastral e atualização de dados. O projeto considerou o espaço territorial do município de Oriximiná, o qual é estimado em 107.613,938 km², sendo o quarto maior município do Brasil em extensão territorial. Com uma população estimada em 68.294 habitantes (IBGE, 2022). Com essas características, o município de Oriximiná enfrenta desafios significativos em termos de atendimento socioassistencial, já que mais de 50% das famílias estão cadastradas no Cadastro Único, conforme dados do Cadastro Único (2024).

É salutar ressaltar que, as características do município de Oriximiná, com sua vastidão territorial e uma população dispersa, exigem esforços contínuo e organizados das unidades da Assistência Social para assegurar que os benefícios socioassistenciais alcancem as populações nas áreas mais remotas e necessitadas, promovendo a inclusão social e o respeito aos direitos sociais de todas as famílias. Dessa forma, contar com a parceria sobretudo das Secretarias de Saúde e Educação foi imprescindível, tendo em vista suas unidades nas comunidades possibilitando a troca de informações, bem como a alimentação dos sistemas sobre os dados escolares dos alunos e de saúde, garantindo assim o cumprimento das condicionalidades para permanência do acesso ao Bolsa Família, por exemplo.

Nesse contexto, o Cadastro Único configura-se como ferramenta fundamental para a identificação e possibilidades de concessão de benefícios socioassistenciais no âmbito dos programas de transferência de renda: Bolsa Família e Benefício da Prestação Continuada – BPC, dentre outros. Para tanto, o projeto Cras e Cadastro Único até você, facilitou o acesso das famílias aos serviços, diminuindo barreiras geográficas e burocráticas, bem como a promoção de atendimento integrado e humanizado, possibilitando a descentralização do atendimento, levando os serviços diretamente às comunidades nas áreas urbanas e rurais, bem como nos bairros com maior concentração de cadastros desatualizados. Além disso, baliza a gestão das ações da Secretaria de Assistência Social no município, pois permite a coleta e produção de informações com recortes territoriais das localidades onde os CRAS estão inseridos, direcionando ainda: o

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

planejamento, o monitoramento e avaliação das diversas ações sociais junto as famílias mais vulneráveis.

O projeto articulou ações diversas de busca ativa, destacando-se: contato remoto; articulação com as secretarias de saúde, educação e programas e serviços sociais; levantamento da lista do governo federal com a identificação dos cadastros com necessidade de atualização e passivos de cancelamento ou bloqueio; divulgação nas redes sociais sobre a importância da atualização cadastral e seus impactos; realização de ações intersetoriais com oferta de serviços do: CadÚnico, CRAS, Secretaria de Saúde e Educação nas escolas urbana e rural; mutirão de busca ativa (visita domiciliar), sobretudo dos cadastros unipessoais; encaminhamentos do CRAS para o Departamento do Cadastro Único, bem como para os diversos serviços.

Dois ações foram fundamentais no que caracterizou o projeto: 1. As ações intersetoriais/comunitárias nas áreas de difícil acesso, e/ou com maior concentração de cadastros a serem atualizados; 2. Mutirão de busca ativa, onde após o levantamento das informações das famílias, organizou-se a lista por rua para otimizar o trabalho. Em seguida as equipes técnicas dos CRAS foram treinadas e, posteriormente, as equipes se deslocaram para as áreas nos bairros para a realização da busca ativa em dois turnos: manhã e tarde, com foco nos cadastros em processo de averiguação. Dentre as estratégias, a busca ativa, realizada pela equipe técnica interdisciplinar junto as famílias, apresentou maior resultado, uma vez que foi possível localizar e encaminhar as mesmas para a unidade do Cadastro Único para a realização da devida atualização.

Diante do exposto, o Departamento de Cadastro Único (CadÚnico) e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), desempenharam papel relevante na garantia da Proteção Social das famílias em situação de vulnerabilidade referente aos programas de transferência de renda. Dessa forma, para fins de construção do presente relato de experiência, os objetivos consistiram em avaliar os impactos das ações do Projeto junto as famílias beneficiárias do PBF e BPC, bem como identificar as principais contribuições e desafios enfrentados durante a execução do projeto e analisar a efetividade das práticas interdisciplinares adotadas, visando aprimorar as ações futuras e promover a integralidade do atendimento às famílias.

A metodologia se pautou na pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, com avaliação das ações realizadas no período de 2023 à 2024. Além disso, considerou os dados secundários das listas das famílias – com cadastro desatualizado - dos sistemas de informação do Ministério de Desenvolvimento Social (CAD 7, CECAD, SIGBPF, SIBEC, SICON, SAGI).

A experiência do Projeto do CRAS e Cadastro Único até VOCÊ, possibilitou identificar e caracterizar a situação socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, especialmente, a atualização cadastral, assegurando o acesso a benefícios sociais, sobretudo no que concerne a transferência de renda. Além disso, permitiu a realização a integração de práticas intersetoriais e interdisciplinares, considerando que é um desafio o trabalho nessas duas diretrizes, pois apesar da direção intersetorial configurar a articulação de setores da política pública como instrumento eficaz para o enfrentamento das expressões da questão social, ainda é um desafio no contexto da política de assistência

social, conforme destaca Paz (2019): “a intersectorialidade das políticas públicas e a interdisciplinaridade, a troca de saberes das diferentes profissões para intervir de forma articulada e na totalidade das demandas das famílias e grupos da população é um desafio para a superação”.

2. Proteção Social e a garantia dos direitos socioassistenciais

Os direitos socioassistenciais, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são garantias fundamentais voltadas para a proteção social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. A PNAS, instituída em 2004, estabelece que a Assistência Social é um direito do cidadão e um dever do Estado, visando assegurar a dignidade humana, a redução das desigualdades e a promoção do acesso aos direitos sociais, onde destaca que: “A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção” (PNAS, 2004, p.15).

O SUAS, por sua vez, organiza a prestação desses serviços em todo o território nacional, com base nos princípios de descentralização e participação social. Segundo Pereira (, p.), a Proteção Social se “configura como um conjunto de políticas, ações e mecanismos destinados a assegurar o bem-estar dos indivíduos e grupos em situações de vulnerabilidade ou risco social”. Para a autora, essa concepção compreende o direito universal na garantia da cidadania e justiça social. Para fins, de organização da Política Nacional de Assistência Social, bem como atendendo as diretrizes da LOAS, a Proteção Social é estruturada por duas dimensões centrais: 1) **Proteção social básica**: promoção do acesso à alimentação, moradia, saúde, educação e trabalho, não contributiva e de responsabilidade do Estado; 2) **Proteção social especial (média e alta complexidade)**: ações de enfrentamento das demandas sociais quando ocorre a violação dos direitos, seja de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, expressas nas diversas formas de violência, discriminação, negligência e outras situações que colocam em risco a vida dos sujeitos.

Considerando essas dimensões, Pereira (2024) enfatiza que a proteção social “deve promover a autonomia dos indivíduos, evitando a sua dependência contínua das políticas públicas, ao mesmo tempo em que deve ser pautada por princípios de igualdade, justiça distributiva e solidariedade”. Ressalta-se que, no campo da Proteção Social, os principais direitos socioassistenciais garantidos, incluem o acesso a benefícios e programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que assegura renda mínima a idosos e pessoas com deficiência e o Bolsa Família, voltado para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Nesse contexto, o SUAS promove uma rede de proteção social que inclui os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que atuam na prevenção de situações de risco, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem apoio a quem já enfrenta violação de direitos. Essas unidades garantem que a população tenha acesso a serviços como orientação familiar, inclusão produtiva, fortalecimento de

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

vínculos e encaminhamento para outras políticas públicas, sempre com foco na promoção da autonomia e da cidadania. Segundo Sposati (2004), a Assistência Social é concebida como um direito social e parte integrante da proteção social não contributiva, ou seja, para aqueles que não têm condições de contribuir para sistemas tradicionais, como a previdência. Seu objetivo central é garantir proteção às famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso a bens e serviços essenciais para a promoção da dignidade humana e a superação das desigualdades sociais.

A autora ressalta que a assistência social no Brasil precisa ter um caráter universal e gratuito, fundamentada em princípios de justiça, equidade e cidadania. Para a autora, a Assistência Social vai além do atendimento de necessidades imediatas, devendo buscar promover a inclusão social e o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas da população atendida.

Considerando a natureza da Proteção Social, Menicucci (2002, p. 44) afirma que “a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território”. Com isso, a abordagem intersetorial e interdisciplinar, é fundamental para a articulação entre diferentes políticas públicas para garantir os direitos dos cidadãos, portanto não deve ser vista apenas como responsabilidade de um único setor, pois a complexidade das demandas sociais requer soluções que integrem saberes e práticas de diferentes áreas, com o objetivo de promover uma rede de proteção eficiente e abrangente, o que exige uma direção intersetorial e interdisciplinar (LOPES, 2006; Muniz, 2006).

A perspectiva interdisciplinar, por sua vez, assegura que as intervenções sejam mais completas, considerando as múltiplas dimensões do ser humano e as diversas formas de exclusão que ele pode enfrentar. A interdisciplinaridade, no âmbito da Assistência Social possibilita compreender e enfrentar as complexas demandas sociais. Morin (2009), argumenta que os problemas sociais não podem ser entendidos de forma isolada, uma vez que estão interligados em redes sistêmicas que exigem uma abordagem multidimensional. Assim, compreender a complexidade das desigualdades sociais, exige a articulação entre diferentes disciplinas para que se possa capturar a totalidade e a diversidade dos fenômenos sociais (MORIN, 2009; LOPES, 2006; Muniz, 2006).

No campo da Assistência Social, a interdisciplinaridade expressa uma prática consolidada, pois requer articulação com outras áreas, como a psicologia, a saúde, a educação e o direito, o que permite que os profissionais compreendam a realidade das famílias de forma mais complexa, evitando soluções fragmentadas e reforçando a ideia de que o enfrentamento das expressões da questão social exige uma visão holística e colaborativa. Dessa forma, a interdisciplinaridade é um caminho possível para promover uma atuação mais crítica e reflexiva.

Diante do exposto, pontua-se que a interdisciplinaridade foi um dos pilares do projeto Cras e Cadastro Único até VOCÊ, no município de Oriximiná, pois envolveu profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e agentes comunitários de saúde. Cada profissional contribuiu com sua expertise para garantir que o atendimento às famílias tivesse uma dimensão holístico e eficaz, focando

tanto na coleta de dados para atualização do cadastro único, bem como no atendimento de outras demandas. Assim, as principais Ações Intersetoriais e Interdisciplinares foram:

1. **Articulação entre CRAS e Unidades Básicas de Saúde (UBS):** A integração entre as equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e as UBS permitiu que o atendimento atendesse tanto questões de vulnerabilidade social quanto de saúde e educação. As famílias tiveram suas necessidades mapeadas de forma mais ampla e receberam encaminhamentos conforme necessário.
2. **Capacitação Continuada das Equipes:** Para garantir a qualidade no trabalho, o projeto promoveu formações periódicas para as equipes envolvidas, focando em temas como políticas públicas de assistência, comunicação comunitária, e as diretrizes do Cadastro Único e condicionalidades para acesso aos programas socioassistenciais de transferência de renda.
3. **Apoio Psicossocial:** Além do cadastramento, as equipes multidisciplinares ofereceram suporte psicológico, sobretudo em situações de vulnerabilidade extrema, como violência doméstica, insegurança alimentar ou dificuldades relacionadas à saúde mental.
4. **Educação Social:** Durante as visitas às comunidades, o projeto também realizou ações de educação social, abordando temas como direitos sociais, acesso aos programas de transferência de renda e a importância da atualização cadastral e campanhas sociais.

Nesse contexto, as unidades da Assistência Social no município de Oriximiná, buscaram articular as políticas numa perspectiva interdisciplinar e setorial, gerando resultados na atenção das diversas demandas da realidade social.

2.1. Unidades da Assistência Social e a garantia da Proteção Social

As Unidades de Assistência Social no município de Oriximiná desempenham um papel fundamental na garantia da proteção social. Assim, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade Municipal de Acolhimento Institucional (UMAI), Centro Integrado de Atenção à Crianças e Adolescentes – CIACA, Abrigo Bom Samaritano e o Cadastro Único, são os principais espaços onde ocorrem as ações de prevenção, promoção e enfrentamento às vulnerabilidades sociais e violação dos direitos.

Os CRAS atuam na oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, além de assegurar o acompanhamento de famílias em situação de risco social. Enquanto o CREAS atua no âmbito da proteção especial de média e alta complexidade, atendendo as situações de violação de direitos. A Unidade Municipal de Acolhimento Institucional (UMAI) e o Abrigo Bom Samaritano, unidades da alta complexidade, proporcionam proteção e abrigo para populações em situação de risco e desamparo. O Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIACA), por sua vez, desenvolve atividades para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na busca do desenvolvimento integral de crianças e jovens e idosos em situação de vulnerabilidade.

O CadÚnico desempenha uma função notória, sendo responsável pelo cadastramento e Atualização de forma contínua para identificação das famílias de baixa renda, garantindo acesso a esses benefícios socioassistenciais. As ações técnicas e administrativas envolvem atender famílias em situações de advertência, bloqueio e cancelamento de benefícios. O cadastro é realizado pelos entrevistadores sociais, com atendimento diferenciado as famílias da zona rural: quilombolas, indígenas, ribeirinhos, planaltinos. Registra-se que no ano de 2023 foi inaugurado o Centro de Atendimento ao Cidadão – C.A.C (Super Fácil) para facilitar o atendimento dos GPTE’S, tendo como um dos serviços o CadÚnico.

2.2. Projeto CRAS e Cadastro Único até VOCÊ

A partir de 2022 foram intensificadas a necessidade de atualização dos cadastros das famílias pelo governo federal, registrando um número significativo de famílias com possibilidade de cancelamento/bloqueio do benefício (Bolsa Família - BF/Benefício da Prestação Continuada - BPC). Assim, a partir dessa demanda, articulou-se a propositura do projeto "CRAS e Cadastro Único até Você", tendo como ação central a atualização cadastral, assegurando o acesso a benefícios sociais, sobretudo no que concerne aos benefícios de transferência de renda.

O projeto CRAS e Cadastro único até VOCÊ, exemplifica a busca pela inovação na descentralização dos serviços, especialmente, no que concerne a atualização cadastral, levando o atendimento às zonas mais remotas e garantindo que famílias em situação de vulnerabilidade sejam incluídas no sistema de proteção social. No que se refere ao processo de atualização, em 2023 o Governo Federal, por meio do sistema SIGPBF, disponibilizou a listagem de famílias em processo de averiguação cadastral, com o quantitativo de 868 famílias. Destes, foram realizadas 514 atualizações cadastral. No mês de dezembro de 2023, o Governo Federal disponibilizou nova listagem com o total de 1.260 famílias, as quais foram executadas durante o decorrer do ano de 2024, no período de janeiro à julho, com atenção aos cadastros para averiguação.

A Averiguação Cadastral é constituída por verificações das informações registradas no Cadastro Único, por meio de comparação da base nacional, com dados em outros registros administrativos, a fim de identificar possíveis inconsistências. Este processo abrangeu todas as famílias do Cadastro Único. Com base nos dados de 2023 e 2024, foram realizadas 8.806 inclusões cadastrais do município na base de dados do Cadastro Único, sendo, 2.832 famílias na zona rural e 5.974 famílias na zona urbana. Assim, a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município alcançou 94,4%. É importante frisar, que as condicionalidades dos dados da saúde e educação foram retomadas no mês de junho de 2023 com melhor acompanhamento, uma vez que cada área envolvida informa os dados correspondentes e, portanto, sem a necessidade de uso do sistema SICON. Com isso, o trabalho na perspectiva intersetorial foi fundamental na execução do projeto, pois permitiu que essas unidades dialogassem com as diversas políticas, formando uma rede de suporte que aborda as necessidades de forma integral das famílias para além da atualização cadastral. Esse modelo de trabalho assegurou maior efetividade das ações.

A partir das ações desenvolvidas, no âmbito do projeto, considerou-se a relativa importância que o cadastro atualizado exerce para identificar as áreas de maior vulnerabilidade, bem como identificar e analisar como se dá as condições de acesso da população às políticas públicas. Assim, o processo de atualização, ultrapassou a mera revisão de dados, efetivando-se encaminhamentos para as diversas demandas. Na busca ativa foi possível identificar as vulnerabilidades sociais das famílias, idosos residindo sozinho, famílias sem acesso à informação por meio das mídias digitais, bem como sem posse de aparelho celular para instalação da conta GOV, expressando a exclusão digital. Os resultados foram notórios, tais como: redução da evasão de famílias do sistema, cadastros atualizados, e, conseqüentemente, manutenção do benefício socioassistencial.

3. Os aspectos interdisciplinares do Projeto CRAS e CadÚnico até VOCÊ

A experiência do projeto "CRAS e Cadastro Único até Você" em Oriximiná exemplifica como práticas interdisciplinares podem ser aplicadas de maneira inovadora e integrada em políticas públicas. No caso deste projeto, a educação, a assistência social e outras áreas se articularam para promover a inclusão social. A interdisciplinaridade, foi central para compreensão e a aplicação das práticas sociais e educativas no decorrer das atividades do projeto. Nessa direção, o projeto CRAS e Cadastro Único até VOCÊ, representou uma oportunidade ímpar para implementar ações a partir de uma visão interdisciplinar, reconhecendo a complexidade e a interdependência das expressões da questão social que impactam a vida das famílias, seus membros e sociedade. Pois, compreende-se a perspectiva interdisciplinar, como campo de possibilidades para transcender as barreiras disciplinares e integrar diferentes saberes para abordar a realidade em sua totalidade, conforme ressalta. (MORIN, 2015).

Em um contexto como o do CRAS e Cadastro Único, onde o foco é o atendimento e a promoção de direitos sociais, a interdisciplinaridade se torna essencial, assim como intersetorial. Isso se deve ao fato de que as situações enfrentadas pelas famílias envolvem não apenas questões econômicas, mas também sociais, culturais, psicológicas e educacionais. Esta última sendo uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família, onde a escola é responsável em acompanhar e informar a frequência escola, tendo uma coordenação do Programa Bolsa Família na Secretaria Municipal de Educação para conduzir e articular as demandas identificadas junto aos alunos.

Considerando que, o Cadastro Único, é uma ferramenta que facilita o acesso de famílias de baixa renda a diversos programas sociais, sua implementação requer um olhar interdisciplinar, pois envolve a colaboração entre assistentes sociais, psicólogos, educadores, economistas e outros profissionais que possam contribuir para a análise e a intervenção nas realidades complexas apresentadas. Assim, ao integrar saberes e abordagens distintas, os profissionais que atuam no CRAS e Cadastro Único, conseguem desenvolver um trabalho mais abrangente e sensível às necessidades das famílias. Pois, ao trabalhar com questões de vulnerabilidade social, é fundamental considerar a história familiar, as dinâmicas comunitárias e até as condições econômicas que afetam o acesso aos direitos. Para tanto, faz-se mister ouvir as pessoas, entender sua realidade e, a partir

disso, formular estratégias que articulem diferentes áreas do conhecimento (MORIN, 2015).

Com isso, compreende-se que em ambientes que favorecem a troca de experiências e a construção conjunta de saberes, a prática interdisciplinar se torna não apenas uma metodologia, mas uma filosofia de trabalho que valoriza a complexidade da vida humana. Em resumo, a interdisciplinaridade no âmbito do projeto CRAS e Cadastro Único até VOCÊ, sob a luz da teoria de Morin (2015), permitiu uma abordagem mais rica e efetiva para o enfrentamento das expressões da questão social no contexto das escolas.

4. Resultados

O projeto Cras e Cadastro Único até VOCÊ, apresentou resultados importantes, dentre eles destacam-se os impactos das ações do Projeto junto as famílias beneficiárias do PBF e BPC, as quais tiveram seus cadastros atualizados, evitando o bloqueio e cancelamento dos benefícios. O projeto contribuiu para o fortalecimento das ações intersetoriais e interdisciplinar, possibilitando o aprimoramento das ações futuras e promoção da integralidade do atendimento às famílias. A realização das ações expressou um importante passo para a construção de uma política de proteção social mais fortalecida no município de Oriximiná, pois o projeto possibilitou a ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família e BPC no município, bem como ampliação do repasse dos recursos pelo governo federal ao município.

Dentre as ações destaca-se, as atividades e campanhas educativas como ferramenta para a organização das comunidades para fortalecer a busca por direitos sociais, sobretudo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que reconhece a dimensão educativa na formação política e social dos sujeitos. Pois, compreende-se que a educação formal ou informal, expressa o fortalecimento da consciência política e da capacidade de ação coletiva, essencial para a emancipação e inclusão social. Para tanto, foram trabalhadas as campanhas educativas como: janeiro branco, dia 8 de março, 18 de maio/junho violeta, agosto lilás, setembro amarelo/verde

Além disso, destaca-se que em outubro de 2024, o município de Oriximiná, atendeu 11.624 famílias pelo Programa Bolsa Família, resultando em um investimento total de R\$ 8.897.127,00, com um benefício médio de R\$ 765,48 por família. E com o trabalho de atualização cadastral, até setembro de 2024, conta com os seguintes números: 17.105 famílias inseridas no Cadastro Único; 15.885 famílias com cadastro atualizado nos últimos dois anos; 13.775 famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; e, 13.002 famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e com cadastro atualizado (MDS, 2024).

Com base nos dados apresentados, registra-se quem em outubro de 2024, a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) de Oriximiná é de 94,2%, acima da média nacional de 88,1%. Registra-se ainda, o repasse de recursos para o município no valor de R\$ 54.397,24, com base no índice de 0,87 do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) referente a agosto de 2024. Esses recursos são transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

5. Conclusão

A realização das ações do projeto "CRAS e Cadastro Único até Você" no município de Oriximiná-PA, expressou um campo de possibilidades para ampliar as ações que proporcionem e garantam a proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando os direitos destas. Através de uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, o projeto fortaleceu a articulação entre diversas políticas públicas, promovendo maior inclusão de povos e comunidades tradicionais, além de outros grupos específicos.

O foco interdisciplinar permitiu que as demandas sociais fossem compreendidas em sua totalidade, considerando as múltiplas dimensões que envolvem as dificuldades enfrentadas pelas famílias no município. Assim, o projeto articulou diferentes saberes e práticas para garantir uma rede de proteção mais robusta, unindo técnicos de diversas áreas e promovendo um diálogo constante entre os setores envolvidos. O município de Oriximiná, ao implementar um projeto dessa natureza, que alia Assistência Social e outras políticas, torna-se um exemplo de boas práticas em políticas públicas, mostrando que a cooperação entre diferentes áreas do conhecimento é essencial para promover o bem-estar social de forma integrada e efetiva.

Portanto, no que se refere ao objetivo central do projeto, considera-se resultados efetivos porque equacionou o volume de benefícios bloqueados e cancelados, haja vista que buscou-se antecipar a atualização/averiguação até o prazo do governo federal, impactando a realidade socioeconômica das famílias. Além disso, o município passou de 74% para 94,2% de taxa de atualização do Sistema do Cadastro Único do governo federal.

6. Referências

BRASIL, MDS. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.htm>. Acessado em: 16/10/2024.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 87. São Paulo: Cortez, 2006

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ed. Tradução de Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MUNIZ, Egle. SUAS e os serviços socioassistenciais. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 88. São Paulo: Cortez, 2006

PAZ, RDO da. Habitação e Trabalho Social: desafios para a atuação profissional. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional**. São Paulo: CRP-SP, 2019.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/Unesco, 2009. p. 13 a 55

YAZBEK, Carmelita. Estado, políticas sociais e implementação do SUAS. In: **Caderno SUAS**: Configurando os Eixos de Mudanças. Brasília: MDS, 2008. v. 1, p. 79 a 125.

Maria Francenilda Gualberto de Oliveira

Assistente Social, Msc. Em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM. Coordenadora do CRAS Cidade Nova no município de Oriximiná-PA.

Josue Lopes Viana,

Pedagogo, Coordenador do CadÚnico de Oriximiná-PA

Elisandra Soares

Psicóloga, Coordenadora do CRAS em Oriximiná-PA.

Beatriz Hipólito de Souza

Supervisora do PCF no CRAS, Graduada em Pedagogia.

Renata Abreu Nascimento Fonseca

Secretária Municipal de Assistência Social – SMAS Oriximiná: Graduação em Pedagogia.